

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 2

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO
(ORGANIZADOR)



POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 2

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas e serviços de saúde 2 / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-818-2

DOI 10.22533/at.ed.182210401

1. Saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida
(Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra “Políticas e Serviços de Saúde” compila 85 trabalhos técnicos e científicos originais produzidos por acadêmicos, docentes e pesquisadores de diversas Instituições de Ensino no Brasil; os textos – que abrangem diversas metodologias de pesquisa – refletem o caráter plural e multidisciplinar desta temática trazendo ao leitor não só o panorama atual das políticas públicas de saúde, mas também como os aspectos biopsicossociais e ambientais característicos de nosso país permeiam este cenário.

Este E-Book foi dividido em quatro volumes que abordam, cada qual, fatores os intrínsecos ligados à política e serviços no âmbito da saúde no Brasil, respectivamente: “Clínica em Saúde”, que traz majoritariamente revisões e estudos de caso no intuito de fornecer novas possibilidades terapêuticas; “Diversidade Social” que tem como foco as ações práticas da comunidade científica no contexto da atuação profissional em coletividades; “Educação em Saúde”, volume que apresenta, discute e/ou propõe opções inclusivas para o ensino de saúde em ambiente comunitário, hospitalar e escolar; e, por fim, “Epidemiologia & Saúde” que compila estudos, em sua maioria observacionais, com foco na análise da transmissão de doenças comuns no cenário nacional ou ainda investigam novas abordagens para o estudo do tema.

Agradecendo o empenho dos autores na construção dessa obra, explicita-se o desejo de que esta leitura contribua para a ampliação do conhecimento científico das políticas públicas nacionais em saúde e também que possa contribuir para novos estudos.

Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“ASSIM PELO JEITO, PELA APARÊNCIA...”: REPERTÓRIOS SOBRE MASCULINIDADES POR PESSOAS COM IDENTIDADE DE GÊNERO MASCULINA E POR PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ATENÇÃO BÁSICA

Celestino José Mendes Galvão Neto

Ana Maria de Brito

Benedito Medrado

Amanda Trajano Batista

Isabelle Tavares Amorim

Juliana Leite Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.1822104011

CAPÍTULO 2..... 21

A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E A PRÁTICA DO CÍRCULO DE CONSTRUÇÃO DE PAZ: INTERFACE COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Vanessa Rodrigues Pucci

Fábio Rijo Duarte

Caren Fabiana Alves

Sonia Disconzi Rios Kienetz

Jaqueline Luiz Ribeiro

Isabel Cristina Martins Silva

DOI 10.22533/at.ed.1822104012

CAPÍTULO 3..... 28

A POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA SAÚDE E A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fotini Santos Toscas

Thiago Rodrigues Santos

Flavia Caixeta Albuquerque

Karina Pires Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.1822104013

CAPÍTULO 4..... 35

ALEITAMENTO MATERNO E INCLUSÃO DAS MÃES SURDAS: O QUE MOSTRAM AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

Ana Raquel Bezerra Saraiva Tavares

Vanusa Maria Gomes Napoleão Silva

Maria Roselise Bezerra Saraiva

Camila Almeida Leandro

Camila Cristine Tavares Abreu

Edna Maria Camelo Chaves

DOI 10.22533/at.ed.1822104014

CAPÍTULO 5..... 47

ANÁLISE DO USO DE PSICOTRÓPICOS POR IDOSOS QUE SOFREM VIOLÊNCIA:

REVISÃO DE LITERATURA

Cláudia Miriam da Silva Maciel

Tibério César de Lima Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.1822104015

CAPÍTULO 6..... 55

CONSTRUÇÃO DE UM E-BOOK SOBRE AUTOCUIDADO EM PACIENTES DIABÉTICOS EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Georgia de Melo Castro Gondim

Thayná da Silva Lima

Julia Maria Sales Bedê

Iasmin Cavalcante Araújo Fontes

Débora Fidélis de Oliveira

José Carlos Tatmatsu Rocha

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne

DOI 10.22533/at.ed.1822104016

CAPÍTULO 7..... 62

CONTEXTOS DE VULNERABILIDADES À VIOLÊNCIA CONFIGURADOS NO CAMPO DE TRABALHO DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO

Isabel Cristiane de Noronha

Ana Rosa Ribeiro Elias

Lúcio Borges de Araújo

Maria Cristina de Moura Ferreira

Carla Denari Giuliani

Mariana Hasse

Marcelle Aparecida de Barros Junqueira

DOI 10.22533/at.ed.1822104017

CAPÍTULO 8..... 72

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: HABILIDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Rafael Britto de Souza

Claudia Teixeira Gadelha

Vicente Thiago Freire Brazil

Danielly Maria Marques Brazil

DOI 10.22533/at.ed.1822104018

CAPÍTULO 9..... 85

EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA ABORDAGEM SOBRE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS NA ADOLESCÊNCIA

Iasmin Dutra de Almeida

Alynne Bayma dos Santos

Christian Sadik Romero Meija

Fabrcia Cristina da Cruz Sousa

Filipe Maia de Oliveira

Gabriella de Barros Gondim

Homero da Silva Pereira

João Pedro Silva Majewski
Marcelo Santos Lima Filho
Otávio Bruno Silva da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1822104019

CAPÍTULO 10..... 96

ENTENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DE ATIVIDADE FÍSICA PARA ADULTOS

Lis Maria Machado Ribeiro Bezerra
Layane Costa Saraiva
Cícera Luana de Lima Teixeira
Azenildo Santos Moura
Luciana Nunes de Souza

DOI 10.22533/at.ed.18221040110

CAPÍTULO 11..... 106

ESTRATÉGIA EDUCATIVA PARA A PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL DURANTE A PANDEMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ione de Sousa Pereira
Maria Regina Cavalcante da Silva
Pedro Ivo Torquato Ludugerio
Vitória Raissa Rodrigues Ferreira
Willian dos Santos Silva
Aliniana da Silva Santos
Izabela Alves de Oliveira Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.18221040111

CAPÍTULO 12..... 117

ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E ESCOLA: UMA PARCERIA COM O CREAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E TRANSTORNOS AFETIVOS

Elza Aline Moura Nazario Ayub
Luciana Barbosa Firmes Marinato

DOI 10.22533/at.ed.18221040112

CAPÍTULO 13..... 130

ESTUDO ANTROPOMÉTRICO E COMPORTAMENTO EM RELAÇÃO À ATIVIDADE FÍSICA E ALIMENTAR DE SERVIDORES

Mário Sérgio Vaz da Silva
Eliane Clara Fonseca Cardozo
Márcia Soares Mattos Vaz
Bárbara Cristóvão Carminati
Vivian Mendes de Souza
Vitor Vieira do Nascimento
Daniel Traina Gama

DOI 10.22533/at.ed.18221040113

CAPÍTULO 14..... 147

FATORES ASSOCIADOS AOS ÍNDICES DE DEPRESSÃO E SUICÍDIO ENTRE OS

UNIVERSITÁRIOS

Benedita Maryjosé Gleyk Gomes
Aline de Sousa Rocha
Roberta Sousa Meneses
Marcos Antonio Silva Batista
Rosane Cristina Mendes Gonçalves
Talita Sousa Batista
Samara Lima Ferreira
Fernanda Viana Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.18221040114

CAPÍTULO 15..... 156

INTERFACE ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À LUZ DE TEORIAS DE ENFERMAGEM

Isabella Joyce Silva de Almeida
Mayara Araújo Rocha
Rosilene Santos Baptista
Francisco Stélio de Sousa
Renata Ferreira de Araújo
Bruna de Souza Buarque
Jamilly da Silva Aragão Coura
Amanda Oliveira Bernardino Cavalcanti de Albuquerque
José Flávio de Lima Castro
Kydja Milene Souza Torres de Araújo
Marismar Fernandes do Nascimento
Alexsandro Silva Coura

DOI 10.22533/at.ed.18221040115

CAPÍTULO 16..... 168

O DESAFIO DE DIZER “NÃO”

Melice Gois de Oliveira
Alessandra Sant’Anna Bianchi

DOI 10.22533/at.ed.18221040116

CAPÍTULO 17..... 183

PERCEÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA SOBRE SUAS NECESSIDADES DE SAÚDE

Lúcia Rondelo Duarte
Ariane Amélia da Silva Tavares
Isabella Maria Bonvechi de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.18221040117

CAPÍTULO 18..... 195

PERCEÇÃO DO NUTRICIONISTA SOBRE O SEU PAPEL ENQUANTO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, NA V GERÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Grazielle Édila da Silva
Rosalva Raimundo da Silva

Élison Ruan da Silva
Daniely Cordeiro da Cruz

DOI 10.22533/at.ed.18221040118

CAPÍTULO 19.....216

PLATAFORMAS *ONLINE* E SUA IMPORTÂNCIA NO ACESSO À SAÚDE OCUPACIONAL E ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Carlos Davi Bezerra Felipe
Thalles Aguiar Nobre
Carlos Henrique de Angelim Macedo
Cristiane Marinho Uchôa Lopes
Gabriel Silva Resende
Maria Larysse Guilherme Lacerda
Mirna Fontenele de Oliveira
Antonio Yony Felipe Rodrigues
Victor Alexandre Mariano

DOI 10.22533/at.ed.18221040119

CAPÍTULO 20.....221

PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES E A SAÚDE DO TRABALHADOR: REVISÃO SISTÊMICA DA LITERATURA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DESTA POLÍTICA NACIONAL NO SUS

Simone Ciunek Corrêa
Erivelton Fontana de Laat

DOI 10.22533/at.ed.18221040120

CAPÍTULO 21.....234

PREFERÊNCIAS NO TRABALHO SEGUNDO O RELATO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA

Sabrina Corral-Mulato
Larissa Angélica da Silva Philbert
Janaina Luiza dos Santos
Adriana Medeiros Braga
Thaís dos Santos Araujo
Sonia Maria Villela Bueno

DOI 10.22533/at.ed.18221040121

CAPÍTULO 22.....247

PRO-AQUÁTICA: HIDROGINÁSTICA “SHALLOW-WATER”, UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

Walcir Ferreira Lima
Silvia Bandeira da Silva Lima
Mariane Aparecida Coco
Thais Maria de Souza Silva
Aryanne Hydeko Fukuoka Bueno
Aline Gomes Correia
Andreza Marim do Nascimento
Thainá da Silva Martins
Maria Eduarda dos Santos Firmino

Nelson Aparecido Martins Filho
Tamiris Dynczuki Ribeiro
Flávia Évelin Bandeira Lima

DOI 10.22533/at.ed.18221040122

CAPÍTULO 23.....251

QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E SANITÁRIAS NA ATUAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS COLETORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE MATINHOS-PR

Jonatas Mesquita Lell
Anielly Dalla Vecchia
Andressa Christiane Buss Schlemper
Francielly Dalla Vecchia
Edna de Meira Coelho
Heleonora Susana Razente

DOI 10.22533/at.ed.18221040123

CAPÍTULO 24.....262

UNIDADE DA DIVERSIDADE: O CASO DOS WARAO E O PAPEL DO CONSULTÓRIO NA RUA EM MANAUS

Raquel Lira de Oliveira Targino
Rosiane Pinheiro Palheta
Jacqueline Cavalcanti Lima
Hudson Andre Arouca Cauper
Maria de Nazaré Feitosa Xaud
Lúcia Helena de Araújo Jorge
Samuel Monteiro do Nascimento Barbosa
Cassiano Alencar de Vasconcelos Dias Jimenez
Alex Araújo Rodrigues
Ana Paula da Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.18221040124

SOBRE O ORGANIZADOR.....273

ÍNDICE REMISSIVO.....274

PERCEPÇÃO DO NUTRICIONISTA SOBRE O SEU PAPEL ENQUANTO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, NA V GERÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Data de aceite: 01/02/2021

Graziele Édila da Silva

Universidade de Pernambuco
Campus Garanhuns
Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0001-9990-7187>

Rosalva Raimundo da Silva

Instituto de Pesquisas Aggeu Magalhães
Fundação Oswaldo Cruz
Recife, Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0003-2096-9815>

Élison Ruan da Silva

Universidade de Pernambuco
Campus Garanhuns
Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0001-7491-8824>

Daniely Cordeiro da Cruz

Universidade de Pernambuco
Campus Garanhuns
Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0002-7398-5168>

RESUMO: O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma estratégia importante para garantia do direito a alimentação saudável e a formação de hábitos alimentares adequados. Objetivo: compreender a percepção do nutricionista sobre o seu papel como responsável técnico do PNAE. Metodologia: Foi realizada uma pesquisa qualitativa a partir de entrevistas semiestruturadas com cinco nutricionistas atuantes no programa no território da V Gerência

Regional de Saúde do estado de Pernambuco. Resultados: Os profissionais entrevistados em sua maioria trabalhavam a menos de cinco anos na área, com carga horaria inferior a recomenda por lei e atuavam apenas no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Foi observado que as atribuições a serem executadas pela categoria dentro do programa são inúmeras, contudo nem todas são executadas, sendo pontudas pela maioria dos profissionais como atividades desenvolvidas: elaboração de cardápios, educação alimentar e nutricional, planejamento e distribuição de compras, teste de aceitabilidade, visita as escolas, avaliação nutricional, participação do processo de licitação e capacitação de merendeiros. Foi observado a compreensão que o nutricionista tem de sua relevância para o programa e sua satisfação em atuar na área, apesar dos diversos desafios encontrados na prática, sendo os mais citados, falta de profissionais, estrutura física, repasses financeiros e sensibilização dos gestores municipais. Conclusão: O nutricionista é primordial para efetiva execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar e que apesar das muitas dificuldades encontradas pelos profissionais para executar sua função na área, é observado uma satisfação por atuar no programa. Contudo, se faz necessário a adequação das condições de trabalho da categoria para que as atividades exigidas por lei sejam executadas com eficácia e eficiência, garantindo o funcionamento adequado do programa.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação Escolar. Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação.

PERCEPTION OF THE NUTRITIONIST ABOUT HIS ROLE AS TECHNICAL MANAGER OF THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM - PNAE, IN THE 5TH REGIONAL HEALTH MANAGEMENT OF THE STATE OF PERNAMBUCO

ABSTRACT: The National School Feeding Program is an important strategy to guarantee the right to healthy eating and the formation of adequate eating habits. Objective: to understand the perception of the nutritionist about his role as technical manager of the PNAE. Methodology: A qualitative research was carried out through semi-structured interviews with five nutritionists working in the program in the territory of the 5th Regional Health Management of the state of Pernambuco. Results: The professionals interviewed mostly worked for less than five years in the area, with a workload below the recommended by law and worked only in the National School Meals Program. It was observed that the assignments to be performed by the category within the program are numerous, however not all are performed, being pointed out by most professionals as activities developed: menu development, food and nutrition education, planning and distribution of purchases, acceptability test, visits schools, nutritional assessment, participation in the bidding process and training of cooks. It was observed that the nutritionist has an understanding of his relevance for the program and his satisfaction in working in the area, despite the various challenges encountered in practice, the most cited being the lack of professionals, physical structure, financial transfers and awareness of municipal managers. Conclusion: The nutritionist is essential for the effective execution of the National School Meal Program and that despite the many difficulties encountered by professionals to perform their role in the area, satisfaction is observed for working in the program. However, it is necessary to adapt the working conditions of the category so that the activities required by law are carried out effectively and efficiently, ensuring the proper functioning of the program.

KEYWORDS: School Feeding. Nutrition Programs and Policies. Public Health Policy. Nutritionists.

1 | INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, oferece alimentação de qualidade e ações de educação nutricional para todos os alunos da educação básica, matriculados na rede pública de ensino, instituições filantrópicas e entidades comunitárias (FNDE, 2018).

O PNAE tem como diretrizes o direito a alimentação saudável e adequada, inclusão de educação alimentar e nutricional, universalidade, equidade, sustentabilidade, respeito a hábitos alimentares e participação social. Sendo seu objetivo contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, melhorando o rendimento escolar e o favorecimento de prática de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2013). É o programa brasileiro de mais longa história com relação à segurança alimentar e nutricional (CHAVES, et al., 2013).

A fim de complementar o Decreto nº 37.106/1955 e garantir uma alimentação

de qualidade, o governo aprova em 12 de julho de 1994 a Lei nº 8.913, que dispõe da municipalização da Merenda Escolar, descentralizando o programa, ficando os municípios responsáveis pelo recebimento e gerenciamento dos recursos financeiros repassados pela União. Além de criar como forma obrigatória para esses repasses a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, sendo também a partir desta Lei, no Artº 4 oficializada a inserção do nutricionista no programa, como responsável pela elaboração dos cardápios (BRASIL, 1994).

Com o avançar do programa, a criação da Resolução/FNDE/CD nº32, normatizou o nutricionista como responsável técnico do PNAE, obrigando o mesmo a ser vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (BRASIL, 2006).

Atualmente o PNAE é regulamentado pela Lei nº 11.942 de 16 de junho de 2009, juntamente com a Resolução/CD/FNDE nº 26 de junho de 2013, que dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. A Lei nº 11.942/2009 e a citada Resolução reforçam que é de responsabilidade do nutricionista as ações de coordenação da alimentação escolar (BRASIL, 2009; 2013).

Tendo em vista que o nutricionista é um ator primordial na execução do PNAE, sendo o mesmo responsável por efetivar as ações propostas pelo programa, o CFN reformula as atribuições do profissional neste âmbito e estabelece os parâmetros numéricos mínimos de referência de profissionais. Além das competências do nutricionista, a Resolução nº 465/2010, também estabelece o nutricionista como o Responsável Técnico pelo PNAE e define o quantitativo numérico dos mesmos de acordo com a proporção de número de alunos matriculados e atendidos na rede pública de uma localidade (BRASIL, 2010).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e tem a finalidade de fornecer, através de transferências financeiras, de forma suplementar, uma alimentação de qualidade, que vise prover, parcialmente, as necessidades nutricionais dos escolares, matriculados na rede pública, durante todo período letivo (RIPP; DUTRA, 2017; BRASIL, 2018).

O PNAE foi criado como forma de amenizar a fome e a desnutrição que assolava grande parte da população do país na época, além de visar garantir um melhor rendimento e aprendizagem dos escolares, assegurando uma alimentação de qualidade que atenda as necessidades nutricionais específicas e promova hábitos alimentares saudáveis. Sendo o nutricionista o responsável pela execução do programa (BRASIL, 1955; 2009; 2013).

No Brasil pode-se afirmar que o PNAE é o programa social mais antigo voltado para a questão da alimentação e na promoção da SAN. Atualmente o governo federal repassa para os estados e municípios o valor per capita de R\$ 0,36 centavos para os alunos de ensino fundamental e médio, R\$ 0,32 para os alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, R\$ 1,07 para os alunos das creches e de ensino integral, R\$ 0,53 para os estudantes da pré-escola e do atendimento educacional especializado e R\$ 0,64 e 2,00 para os alunos de comunidades indígenas e quilombolas e estudantes de ensino médio em tempo integral,

respectivamente, tendo, portanto, os municípios e estados que complementar esse recurso, a fim de garantir as exigências do programa asseguradas por Lei (BRASIL, 2108; CESAR et al., 2018).

Diante do exposto e da fundamental importância do nutricionista neste contexto, o estudo teve como objetivo compreender a percepção do nutricionista sobre o seu papel enquanto responsável técnico do Programa de Alimentação Escolar – PNAE, na V Gerência Regional de Saúde do estado de Pernambuco, a fim de conhecer as ações realizadas e as dificuldades encontradas pelo mesmo na implantação e execução deste programa, possibilitando, portanto, encontrar soluções para os problemas apontados e contribuir para uma maior efetivação e eficiência do PNAE.

2 | METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de campo do tipo qualitativa, que lida com as interpretações das realidades sociais (GASKELL, 2017) e tem por finalidade não estudar o fenômeno em si, mas entender o seu significado individual ou coletivo na vida das pessoas, interpretando-o segundo a percepção dos participantes e da situação, sem se preocupar com a representatividade numérica, relações lineares de causa e efeito. Sendo assim, o pesquisador está em contato direto com campo da pesquisa, para captar os comportamentos observados (TERENCE; ESCRIVÃO FILHO, 2006).

O estudo foi realizado nos municípios com distância de até 35 Km do município sede da V Gerência Regional de Saúde - GERES do estado de Pernambuco e os quais tiverem maior facilidade de acesso. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco em 2018 a V GERES possui 21 municípios (BRASIL, 2011). Dezenove, dos vinte e um municípios são classificados como tendo um baixo desenvolvimento, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Em 2013 segundo o IBGE o somatório do PIB per capita da regional foi de R\$ 6.100,38. Esta região também possui comunidades remanescentes de quilombos e aldeias de povos indígenas. Com relação à educação a região possui uma taxa de 49,84% da população alfabetizada, sendo maior a alfabetização no sexo feminino quando comparado com o masculino. Contudo apresenta uma porcentagem de 29,6% de analfabetismo, com pessoas de 15 anos ou mais de idade, sendo maior na população com mais de oitenta anos (SANTANA, et al., 2013; IBGE, 2018).

Em virtude dos critérios utilizados para o estudo foram selecionados seis, dos vinte e um municípios da V GERES, sendo eles: Angelim, Garanhuns, Jupi, Paranatama, São João e Terezinha. Estes municípios possuem uma população segundo o censo de 2010 do IBG de

192.365 habitantes e uma estimativa para 2017 de 205.596 habitantes. Com relação à educação possui uma taxa média de escolaridade nas faixas etárias de 6 a 14 anos de 96,51% (IBGE, 2018).

A população de estudo foi composta por profissionais nutricionistas que trabalhavam a pelo menos um ano no PNAE e atuavam nos municípios de Angelim, Garanhuns, Paranatama, São João e Terezinha. Foram realizadas tentativas por telefone e *in loco* de comunicação com o nutricionista de Jupi, contudo não houve sucesso no contato, portanto, não foi possível realizar a entrevista com este profissional. Ficando a amostra final composta pelos cinco profissionais (Garanhuns, Angelim, Paranatama, São João e Terezinha).

A coleta de dados foi realizada através da utilização de uma entrevista semiestruturada (GIL, 2008), contendo perguntas que visavam caracterizar os sujeitos desse estudo e questões norteadoras que auxiliaram a alcançar os objetivos estipulados. O processamento dos dados foi realizado através da transcrição das entrevistas e a apreciação dos dados foi efetivada pela análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Foi feita a codificação a partir das unidades de registros e na última etapa foi definida a categorização. Gerando assim quatro categorias, sendo elas: Atividades desenvolvidas pelo nutricionista no PNAE, desafios para exercer suas atividades na área da alimentação escolar, importância do nutricionista na execução do PNAE e satisfação de em trabalhar no PNAE.

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da Universidade de Pernambuco, atendendo as exigências da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado pelo parecer 3.056.396.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados cinco nutricionistas dos municípios de Angelim, Paranatama, Garanhuns, São João e Terezinha, os quais fazem parte da V Gerência Regional de Saúde – GERES, do estado de Pernambuco, o que corresponde a 83,33% da amostra estipulada para o estudo. Sendo assim, podemos observar na Tabela 1, a caracterização com relação ao perfil de atuação dos nutricionistas entrevistados na pesquisa.

Variáveis	N	%
Tempo de atuação no Programa Nacional de alimentação		
1 a 1 ano e seis meses	2	40
2 a 5 anos	2	40
≥ 5 anos	1	20
Carga horária semanal		
30 horas	1	20
20 horas	3	60
≤ 20 horas	1	20
Atuação do nutricionista em outra área no município		
Sim	1	20
Não	4	80

Trabalha em outro município		
Sim	3	60
Não	2	40

Tabela 1. Caracterização do perfil de atuação dos nutricionistas entrevistados da V GERES do estado de Pernambuco, 2018.

Fonte: Elaborado pela autora através dos dados coletados com os entrevistados da presente pesquisa, Brasil, 2018.

Verificou-se que dos nutricionistas entrevistados o que tinha maior tempo de atuação na área da alimentação escolar dentro da rede municipal possuía sete anos de experiência e sendo o menor tempo de atuação de um ano e meio. Apenas um nutricionista trabalhava em mais de uma área de atuação dentro do município, sendo, alimentação escolar e a saúde. Três nutricionistas atuavam em outras cidades, sendo dois deles também no campo do PNAE e um na área da nutrição clínica.

Observou-se que o tempo de atuação dos nutricionistas entrevistados para o estudo é relativamente baixo, visto que apenas um profissional relatou possuir mais de cinco anos de experiência, resultados semelhantes foram observados em São Paulo, por Honório e Batista (2015) que dos 39 nutricionistas do estudo 61% trabalhavam a menos de cinco anos com alimentação escolar. Outra pesquisa realizada na região sul do Brasil, por Corrêa et al. (2017) também encontrou uma porcentagem parecida onde 75,9% dos profissionais tinham uma atuação no PNAE abaixo de cinco anos. Segundo Honório e Batista (2015) esse pouco tempo de experiência encontrado pode-se dar devido ao concernente pouco tempo em que o PNAE foi descentralizado, o que aumentou a demanda desses profissionais na área.

A maioria dos nutricionistas tem uma carga horária de 20 horas semanais na área de alimentação escolar nos municípios referente à pesquisa, o que é inferior ao preconizado pela resolução CFN 465/2010, que recomenda uma carga horária mínima de 30 horas semanais, tendo apenas um nutricionista que perfaz esse total de horas. Silva et al. (2018) encontraram resultado semelhante em seu trabalho, realizado em 214 municípios do estado de Goiás, onde puderam observar que a maioria dos nutricionistas entrevistados relatou possuir carga horária semanal inferior a 30 horas. Vieira, Corso e González-Chica (2014), observaram que está carga horária menor que a preconizada está associada a uma menor realização de atividades educativas e consequentemente uma menor efetividade nas ações desenvolvidas e também na omissão de algumas atribuições preconizadas.

O PNAE é a única área em que a maioria dos nutricionistas entrevistados atua nos municípios da pesquisa e mesmo quando trabalham em outras localidades a alimentação escolar continua sendo o local de atuação. Achados parecidos foram encontrados por Corrêa et al. (2017), que constatou que 73,3% dos nutricionistas no seu estudo não atuavam em outras áreas no município, concordando igualmente com Santos et al. (2018) que observou

em municípios de Tocantins que 71,4% dos nutricionistas só possuíam vínculo com a educação. Em contraponto pesquisa realizada na região Nordeste por Mello et al. (2012) observou que 70,5% dos nutricionistas atuavam em outras áreas além do PNAE, sendo a nutrição clínica e alimentação coletiva as mais prevalentes.

Com relação a trabalhar em outras cidades o estudo de Corrêa et al. (2017) se contrapõem ao encontrado na presente pesquisa, pois verificou que mais de 80% da população estudada só trabalhavam no município da pesquisa.

A análise de conteúdo obtida através das entrevistas durante a coleta de dados permitiu a criação das seguintes categorias: Atividades desenvolvidas pelo nutricionista no PNAE, importância do nutricionista na execução do PNAE, satisfação do nutricionista em trabalhar no PNAE e desafios do nutricionista para exercer suas atividades na área da alimentação escolar.

3.1 Atividades desenvolvidas pelo nutricionista no PNAE

A resolução do CFN 465/210 define as atribuições que o nutricionista deve executar enquanto profissional da área de alimentação escolar conferindo treze atividades obrigatórias e mais nove complementares. Na presente pesquisa onze atividades foram citadas como desempenhadas, sendo nove obrigatórias e duas complementares.

3.1.1 Elaboração de cardápio

Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio com base nos parâmetros exigidos pelo FNDE é uma das atribuições obrigatórias do nutricionista, neste ponto quatro dos profissionais entrevistados relataram que fazem esse planejamento: *“Fazemos planejamento de cardápio quase que mensalmente...”* (E1). *“Eu participo do planejamento do cardápio, né!”* (E2).

Estudos de Honório e Batista (2015), Corrêa et al. (2017) e Raphaelli et al. (2018), encontraram em suas pesquisas resultados iguais, onde está atribuição foi citada por quase totalidade dos entrevistados, listada como sendo uma das atividades mais importante. Esse achado pode ser observado provavelmente porque segundo a Lei n. 8.234/1991 é atividade privatista do nutricionista, planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar serviços de alimentação e nutrição, incluindo assim a elaboração de cardápio, prática também bastante lecionada no processo de formação do profissional. *“...da parte de alimentação propriamente dita que isso é uma atividade restrita pra nós”* (E1).

Além de ser uma competência estabelecida na resolução do CFN 465/210 e assegurada pela resolução 26/2013 do FNDE, que em seu capítulo V ressalta ser atribuição do nutricionista a confecção de cardápios e todas as suas implicações. Conforme ressalta um dos entrevistados em uma de suas falas: *“porque cabe a nós elaborar cardápio quali e quantitativo, é! Da forma adequada. Ééé! E fazer esse acompanhamento, acompanhamento de higiene, acompanhamento de, de cardápio”* (E5). *“...nenhuma outra categoria ela*

conseguiria atender às exigências do programa, né! Adequação, a importância dos nutrientes e essa alocação deles dentro do cardápio, né!” (E2).

Para Corrêa et al. (2017), apesar de os cardápios serem planejados pelos nutricionistas, nem sempre eles atendem aos parâmetros exigidos pela legislação, pois dificilmente leva em consideração o diagnóstico nutricional dos estudantes, referências nutricionais e perfil epidemiológico. Contudo a cultura alimentar da região é observado por todos os profissionais no processo de elaboração do cardápio. Sendo o mesmo resultado encontrado por Raphaelli et al. (2018) com relação a respeitar os hábitos alimentares locais.

3.1.2 Educação alimentar e nutricional

“Nós fazemos educação alimentar e nutricional” (E1). “Faço... educação nutricional...” (E3). Propor e realizar atividades de educação alimentar e nutricional também está dentro das atribuições obrigatórias do nutricionista. Dos cinco profissionais entrevistados quatro expuseram que realizam essa atividade. Em estudo qualitativo realizado por Honório e Batista (2015), no estado de São Paulo, foi observado que a atividade citada como a mais importante pelos nutricionistas foi à execução de educação alimentar e nutricional, citada por 64% dos profissionais. Silva et al. (2018) encontraram uma porcentagem de 91,1% de execução de educação alimentar e nutricional no total de municípios pesquisados.

A realização de ações de educação alimentar e nutricional estão descritas como competência do nutricionista tanto na resolução do CFN 465/210, quanto na resolução 26/2013 do FNDE, além de ser uma ação privativa desta categoria a coordenação destas ações, segundo a Lei n. 8.234/1991. Portanto, segundo Honório e Batista (2015) essas ações de educação alimentar realizam papel primordial no elo do nutricionista como profissional de saúde e ator fundamental no processo de garantir a promoção da segurança alimentar e nutricional e a formação de hábitos alimentares saudáveis, sendo estes uns dos fatores pelos quais os nutricionistas em sua maioria realizam esta atividade com frequência. Corroborando com a fala de um dos entrevistados: *“Então só o profissional de nutrição conseguiria fazer esse tipo de trabalho, né! Além dê a gente saber da importância desse incentivo a alimentação saudável” (E2).*

Contudo, para Silva et al. (2018), é importante ressaltar que as atividades de educação alimentar e nutricional não devem ser exclusivas do nutricionista, este profissional deve estar presente como articulador e coordenador desta iniciativa, porém sua realização deve perpassar outros atores sociais, como gestores escolares, coordenadores e professores, sem a atuação desses profissionais neste projeto sua eficácia é bastante comprometida. Pode-se observar está articulação na fala de um dos entrevistados: *“Participo... das reuniões de coordenação para planejamento e inserção do tema educação nutricional dentro da grade curricular, é, a gente tem esse movimento dentro deste município que eu trabalho (E2)”.*

Lembrando que as ações de educação alimentar e nutricional devem levar a construção coletiva de conhecimento através de problematizações das vivências encontradas no meio social, favorecendo assim, o diálogo entre os grupos, deixando de ser apenas atividades pedagógicas pontuais e tradicionais, segundo Silva et al. (2018) que também observaram no mesmo estudo que a presença de nutricionistas aumenta a chance da realização de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar.

3.1.3 *Planejamento e distribuição de compras*

A resolução do CFN 465/210, expõe como atividade obrigatória do nutricionista planejar, orientar e supervisionar as ações de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos destinados ao PNAE. Portanto, no presente estudo 80% dos nutricionistas entrevistados relataram realizar esta atividade: *“Eu participo... do planejamento de compra e fiscalização desse recebimento da compra”* (E2). *“Eu faço... pedido, recebo o pedido, às vezes faço entrega também...”* (E4).

Mello et al. (2012), observaram como uma das atividades mais executadas pelos nutricionistas, a participação no processo de aquisição de gêneros alimentícios, sendo estatisticamente mais significativo essa execução nos nutricionistas que tinham um maior tempo de atuação na área de alimentação escolar e sendo um dos fatores para elaboração do cardápio mais executado e supervisionado. Corrêa et al. (2017) encontraram dados semelhantes apresentando um percentual de 96,6% de nutricionistas atuantes no planejamento, supervisão e orientação no processo de compra, armazenamento e distribuição dos alimentos. Visto que este processo deve respeitar o cardápio elaborado, o envolvimento do nutricionista se torna indispensável.

3.1.4 *Teste de aceitabilidade*

Dois dos nutricionistas entrevistados relataram o teste de aceitabilidade como ações desenvolvidas e um dos outros profissionais entrevistados relatou a pretensão da sua aplicação no presente ano: *“pretendemos esse ano realizar o teste de aceitabilidade”* (E1). *“Faço a aplicação do teste de aceitabilidade”* (E5). Ao elaborar e executar os cardápios escolares deve se observar diversos fatores, sendo o teste de aceitabilidade um deles, pois a não aceitação de uma refeição gera desperdício de alimentos e recursos públicos, além de dificultar que os objetivos do PNAE sejam alcançados, segurança alimentar, manutenção e melhora do estado nutricional dos escolares e criação de hábitos alimentares saudáveis, conforme é ressaltado na fala de um dos entrevistados: *“Participo do teste de aceitabilidade que é uma determinação do programa para analisar esses, essas aceitabilidade do cardápio”* (E2).

Estes fatos foram observados em um estudo de revisão sistemática realizado por Oliveira e Vassimon (2012) que avaliou a aceitação do PNAE pelos alunos. Outro

ponto importante que o estudo anterior salientou foi à aplicação do teste como fator para retirada de alimentos não aceitos e a valorização das preparações bem aceitas, o que pode ser observado também em uma das falas dos entrevistados: “...de como tá sendo essa aceitação, se os alunos estão conseguindo ter uma boa aceitação” (E5). Além de permitir a obtenção de dados que contribuam para ações de educação nutricional, visto que nem sempre a retirada de um alimento é benéfica, pois este pode ser primordial para o desenvolvimento humano, portanto, a educação nutricional contribui neste processo de adesão.

Observada a importância da aplicação do teste de aceitabilidade como garantia de uma execução efetiva do PNAE, o Conselho Federal de Nutricionistas em sua resolução 465/2010, elencou esta atividade como obrigatória. Contudo Corrêa et al. (2017) ressaltaram que apesar de ser uma atividade de suma importância, 25,9% dos nutricionistas entrevistados não realizavam esta atividade. Na presente pesquisa, a porcentagem encontrada foi mais elevada, 40% dos profissionais não relataram desempenhar esta atividade.

3.1.5 *Visita às escolas*

“Faço visita nas escolas de supervisão” (E4). Corrêa et al. (2017) afirmaram que para um bom cumprimento das ações planejadas e para garantir uma prática higiênica sanitária segura na produção das refeições, se faz necessário a supervisão direta do nutricionista, pois este é o profissional habilitado para assessorar no que diz respeito a assuntos de nutrição e dietética e no controle de qualidade dos produtos alimentícios, conforme preconiza a Lei n. 8.234/1991.

Para que esta função seja desempenhada satisfatoriamente a realização de visita às unidades escolares se torna ferramenta primordial, pois é através delas que se pode conhecer a realidade com a qual vai ser trabalhada e partir dela traçar ações efetivas para solução de possíveis problemas, a fim de garantir uma execução da alimentação programada e sendo a mesma segura. Pode-se observar essa prerrogativa na fala de um dos nutricionistas entrevistados: *Eu faço visita às escolas pra vê a questão de higienização do local, a higienização das merendeiras, como tá sendo a preparação e se elas estão seguindo o cardápio*” (E5). Devido a sua importância esta atividade é descrita como obrigatória nas atribuições do nutricionista do PNAE, portanto três dos cinco nutricionistas entrevistados relataram realizar esta obrigação: “Faço visita às escolas” (E3). Corrêa et al. (2017) observaram que 99,1% dos nutricionistas responsáveis técnicos pela merenda cumpriam esta tarefa.

3.1.6 *Avaliação nutricional*

Apenas dois nutricionistas referiram que realizavam avaliação nutricional: “Nós também fazemos, fizemos, já, e vamos continuar este ano, avaliação nutricional” (E1).

Conhecer a população na qual você trabalha e seu estado nutricional é de fundamental importância para o desenvolvimento eficaz de outras ações no PNAE, como a elaboração de cardápios e as atividades de educação alimentar, conforme descrevem Corrêa et al. (2017), que em contraponto ao presente estudo encontrou em sua pesquisa um total de 93 nutricionistas que desenvolviam esta ação, o que representou 80,2%, do total da amostra. Informações que não corroboram com os achados de Mello et al. (2012), em que 43% dos nutricionistas não realizavam esta atividade.

Gabriel, Goulart e Calvo (2015) observaram que as ações de avaliação nutricional são muito mais eficazes quando desenvolvidas em conjunto com o setor saúde, o que permitiu que os dados antropométricos dos escolares fossem coletados anualmente no estado de Curitiba. Este conceito de parceria também foi relatado pelo segundo nutricionista que realiza esta ação: *“Eu participo da parte de avaliação antropométrica e diagnóstico nutricional junto do programa PSE que é o saúde na escola”* (E2).

Um dos nutricionistas entrevistados apesar de não realizar avaliação nutricional, sabia que esta atividade perfaz as atribuições obrigatórias da categoria neste programa, portanto, o mesmo justificou o porquê da supressão desta ação:

Infelizmente avaliação nutricional eu não tenho condições de fazer... Porque são muitos alunos e só existe eu no município, né! Como nutricionista do PNAE, então realmente fica inviável, ééé! Não tem como fazer e também não teria como encaminhar esses alunos que tivessem algum problema, que fosse detectado algum problema, é, pra ter um acompanhamento nutricional posteriormente (E3).

Gabriel, Goulart e Calvo (2015) também observaram em seu estudo que nenhuma das capitais estudadas tinham a rotina de encaminhar os escolares para unidades de saúde.

3.1.7 Participação no processo de licitação da merenda escolar

“Eu dou auxílio na licitação” (E3). Outra atividade obrigatória a ser desenvolvida pelo nutricionista no PNAE é a participação no processo de licitação, visto que é sua responsabilidade definir as especificações e quantidades dos itens a serem licitados e produzir laudo técnico dos produtos alimentícios ganhadores do processo, conforme preconiza a resolução CFN 465/210. Esta atividade foi listada como executada por 40% dos nutricionistas da presente pesquisa: *“Eu participo da parte de licitação...tanto na indicação de itens e quantidades, quanto na análise das amostras que chegam desse processo...”* (E2).

Corrêa et al. (2017) encontraram uma porcentagem maior com relação a nutricionistas que participavam do processo de licitação e da compra da agricultura familiar, 89,7%.

3.1.8 Capacitação de merendeiros

Apenas dois nutricionistas relataram realizar capacitações com os merendeiros:

“Faço... capacitação de manipuladores de alimentos” (E3). Esta atividade está dentro das atribuições complementares da categoria. Contudo, sua importância é relatada por Gabriel, Goulart e Calvo (2015) a descrevendo como crucial para manter a qualidade e padronização das refeições “O nutricionista também tem habilidade para capacitar e fiscalizar em relação às boas práticas de fabricação” (E3). Nesta perspectiva, no estudo de Honório e Batista (2015) foi observado que os nutricionistas entrevistados se mostraram bastante consciente da necessidade de aprimoramento constante dos manipuladores de alimentos. Contudo, Gabriel, Goulart e Calvo (2015) encontraram resultados que corroboram com o presente estudo, das três capitais analisadas apenas uma realizava curso introdutório para manipuladores.

3.1.9 Outras atividades desenvolvidas pelo nutricionista no PNAE

Outras duas atividades obrigatórias do nutricionista no PNAE, a elaboração e implantação do manual de boas práticas, juntamente com os Procedimentos Operacionais Padrão – POP’s e a participação no processo da chamada pública foram relatadas apenas por um nutricionista, não sendo o mesmo entrevistado para as duas respostas. “Fizemos também, implantamos o Manual de Boas Práticas, POP’s” (E1). Corrêa et al. (2017) observaram que menos da metade dos municípios estudados, possuíam o manual de boas práticas, mesmo sendo este um instrumento importante para garantir a segurança da alimentação ofertada, pois este aliado aos POP’s fornece um arcabouço de material didático à respeito das boas práticas higiênico-sanitárias.

Com relação à chamada pública, Mossmann e Teo (2017) ao estudarem oito municípios de Santa Catarina, ressaltaram a importância do nutricionista na elaboração da chamada pública e na compra dos produtos da agricultura familiar, sendo este profissional em muitos casos o responsável por todo o processo, inclusive a pesquisa da vocação agrícola do local, diálogo com os agricultores e inserção e compra de produtos oriundos desta prática na alimentação escolar, conforme preconiza a Lei n. 11.947/2009. Segundo o estudo o nutricionista, portanto, é o principal ator que entende e efetiva as ações da agricultura familiar que são exigidas na lei acima citada, fomentando assim o desenvolvimento da economia local e colaborando para a diminuição do êxodo rural, além de promover a criação de hábitos alimentares saudáveis.

“Eu participo da... chamada pública, né! Tanto na indicação dos itens e quantidades, quanto na análise das amostras que chegam desse processo eu faço também as reuniões e capacitações... da agricultura familiar quando necessário, o sorteio de item, enfim quando tiver necessidade” (E2).

Com relação às demais atividades obrigatórias, como elaboração do plano anual de trabalho e de ficha técnica, cardápio para indivíduos com necessidades específicas e assessoramento ao Conselho de Alimentação Escolar, incluindo as atividades

complementares, não foram citadas pelos nutricionistas entrevistados. Sendo muitas dessas ações de extrema importância, pois algumas norteiam a correta execução de outras atividades que foram citadas como desenvolvida. Além de serem ferramentas primordiais para eficácia do programa.

3.2 Importância do nutricionista na execução do PNAE

Todos os nutricionistas entrevistados relataram que achavam importante a sua participação na execução do PNAE. Sendo este o profissional indispensável, fundamental, obrigatório, habilitado e peça chave para o efetivo desempenho do programa.

Eu acho que é indispensável, o papel do nutricionista é! Dentro das atribuições do programa, é um programa que ele não funcionaria sem o profissional de nutrição, porque nenhuma outra categoria ela conseguiria atender às exigências do programa, né!... é tanto que hoje a obrigatoriedade dele é reconhecida porque não tem como existir o programa sem ter um nutricionista, né! (E2).

Porque o nutricionista ele é o profissional responsável pela, o profissional habilitado pra resolver as questões de alimentação e segurança alimentar e nutricional, tanto no âmbito, qualquer tipo de âmbito que se refira a uma alimentação de atividade coletiva (E4).

“Eu acho que o nutricionista é a peça chave” (E5). A Medida Provisória nº 2178-36/2001, a Lei n. 11.947/2009 e a resolução 26/2013 do FNDE definem o nutricionista como o responsável técnico pelo PNAE, sendo ele o profissional habilitado para executar as mais diversas diretrizes e objetivos do programa, em vista que as atividades a serem desenvolvidas perpassam o saber técnico profissional desta categoria.

Olhando e tecnicamente falando o programa ela não funciona sem o olhar, sem a gestão de um nutricionista, porque, primeiro que, eu acho que nós somos os profissionais que vamos ter assim aquele cuidado com os alimentos, fora todos aqueles cuidados[...] sem sombra de dúvida, é imprescindível. Completamente, muito! Muito! Importante, porque eu acho que talvez nenhum outro profissional de nenhuma outra área consiga ter a visão de gestão, de saúde, de comunicação e de tudo como os nutricionistas, eu acho (E1).

É tanto que pra existir o PNAE, ééé! No município ou no estado, enfim, é obrigatório ter a presença do nutricionista, porque o nutricionista ele é o responsável técnico pelo programa. Então, o nutricionista ele é treinado durante a graduação para exercer, né! Nas diversas áreas do PNAE, que o PNAE necessita. Então, ele é habilitado para fazer os cardápios adequados nutricionalmente, é, fazer avaliação nutricional, fazer educação nutricional, ééé! [...]Então o nutricionista é importantíssimo para o PNAE, é tanto que é obrigatório a presença do nutricionista no programa (E2).

Pode-se notar pelas falas dos entrevistados a notória percepção que os nutricionistas têm de sua responsabilidade e de sua importância para a efetividade do programa, em

estudo realizado por Bezerra et al. (2013), foi constatado que a contratação e atuação de nutricionista é a condição básica para execução do programa e que a sua ausência é uma das grandes dificuldades encontradas no PNAE. Corroborando com os achados de Mossmann e Teo (2017), que definem o nutricionista como elemento-chave para execução de todas as etapas da lei do PNAE.

Segundo Santos, Costa e Bandeira (2016), a partir de 2003 foi reafirmado o papel do nutricionista como responsável técnico pela alimentação escolar nos estados, municípios, Distrito Federal, pois com a ausência deste profissional os alunos se tornam expostos ao risco de consumirem alimentação contaminada ou imprópria.

Pode-se reafirmar a importância deste profissional também por Felismino Filho e Targino (2017) que em pesquisa realizada com escolares do município de Nova Olinda – PB, ao perguntarem sobre a importância do nutricionista, os mesmos afirmam que seu valor está na prática de merenda saudável, na elaboração de cardápios variados e na produção de uma refeição apropriada.

3.3 Satisfação do nutricionista em trabalhar no PNAE

No decorrer da pesquisa também foi questionado sobre a satisfação que o nutricionista possui em trabalhar na área de alimentação escolar. Este questionamento surgiu no processo de entrevista de quatro dos cinco nutricionistas. Pode-se, portanto, perceber que apesar de todas as dificuldades, do grande número de atribuições e da sua sobre carga de responsabilidade em frente à execução do programa, a grande maioria dos nutricionistas gostam de trabalhar na área, apenas um relata não gostar de fato de atuar no PNAE.

Sinto, é engraçado, porque apesar de muitas dificuldades assim, é! Você saber que você tem desafios e que só você e sua categoria podem enfrentá-los e resolve-los é gratificante. Eu posso dizer que eu já tive muitos problemas trabalhando, né! Desde de 2011 no programa, mas eu posso dizer que eu consegui avanços e quando você chega na escola que você vê que as coisas começam a funcionar aí é muito gratificante e eu posso dizer assim que eu, hoje eu trabalho no programa nacional de alimentação escolar, e eu quero continuar nele, sabe, eu não penso em sair dessa área da alimentação escolar e principalmente trabalhando com PNAE... (E2).

“Eu particularmente adoro. Assim, gosto muito, porque o PNAE eu acho que é a área da nutrição que mais envolve todas as áreas da nutrição... pra mim o PNAE é o, a área da nutrição mais completa, assim, com todas as atribuições do nutricionista” (E3). O resultado encontrado corrobora com os achados de Honório e Batista (2015) onde 59% da amostra de profissionais referiram não pensar em mudar de área de atuação apesar das dificuldades serem muitas. Sendo está declaração pautada na afinidade com o trabalho que fazem, por gostarem do dinamismo da área e dos desafios e conquistas do programa. Além da satisfação com os resultados obtidos.

3.4 Desafios do nutricionista para exercer suas atividades na área da alimentação escolar

Os desafios para executar as atividades previstas em lei são inúmeros. Na presente pesquisa os nutricionistas entrevistados citaram dez desafios encontrados para exercer a sua prática profissional nos municípios em que atuam. Sendo os mais relatados: baixo repasse financeiro por parte do FNDE e muitas vezes falta da contrapartida nesse repasse por parte dos municípios, dificuldades com a sensibilização da gestão do município com relação à importância do programa e quadro insuficiente de nutricionistas.

3.4.1 Repasse financeiro

O repasse financeiro foi o desafio mais citado pelos nutricionistas entrevistados. Visto que em sua maioria os municípios não complementam o dinheiro enviado pelo FNDE, mesmo a Lei n. 11.947/2009 definindo este recurso como caráter suplementar, tendo que os municípios adentrem com a contrapartida, *Eu acredito que o maior desafio é a quantidade de dinheiro que vem né (E4).*

O principal deles é a questão financeira realmente, então, o nosso recurso ele é muito pequeno, contamos apenas com o recurso que o FNDE manda, ééé! Só algumas vezes em que tem a contrapartida, quando realmente passa do valor, mas dificilmente, acontece isso ééé! Então por exemplo, a gente quer que o cardápio fique o melhor possível, né! Então não tem condições de, por exemplo, colocar frutas todos os dias, que seria o ideal. Então a gente tem realmente, esse, ééé! Esse problema com a questão financeira (E3).

Pode-se observar pelas falas que a falta de recurso financeiro dificulta o atendimento adequado das necessidades nutricionais determinadas pelo programa, fazendo com que a qualidade dos cardápios não seja a preconizada, além de prejudicar no processo de formação de hábitos alimentares saudáveis. Esses dados foram confirmados por Raphaelli et al. (2018) que constataram que o repasse do FNDE é considerado baixo para a produção de refeições e a ausência de contrapartida financeira por parte dos municípios leva a uma falta de preocupação na elaboração de cardápios que seguem as recomendações nutricionais exigidas.

Em contrapartida Gabriel, Goulart e Calvo (2015) observaram uma maior contrapartida por parte dos municípios estudados em comparação com repasse oriundo do FNDE, podendo este fato ter ocorrido devido o conhecimento por parte da gestão da importância do recurso na execução do programa. Sendo, portanto, primordial a sensibilização dos gestores envolvidos no processo. *A questão financeira, né! A a gente é muito refém de valores, de repasses e tem que sensibilizar a gestão dentro dessa, desse, esse, acréscimo, né! Do valor que vem do FNDE para poder a gente conseguir fazer um cardápio de acordo com o programa rege, né! (E2).*

3.4.2 Gestão municipal

A dificuldade do apoio da gestão para realização integral do PNAE e a ausência de conscientização do gestor da importância do programa, foi relatado como um grande desafio por dois dos nutricionistas entrevistados:

E também outro desafio muito importante que eu acho é a gente conseguir mostrar as gestões, aos gestores municipais a importância de um investimento, de um cuidado mesmo com o setor de merenda, com o setor da alimentação, porque percebesse muito que não é, não é valorizado, não é uma coisa que parasse para pensar naquilo, dizer: Eita! Não! Pode-se melhorar ali! Não, infelizmente não existe isso. Então é um desafio muito grande a gente conseguir mostrar a um gestor público que ali é o caminho e a gente consegue, sim, mudar, e agente consegue melhorar (E1).

“...eu acredito que um dos maiores desafios é você conseguir convencer a gestão da importância dele e das anuências que ele exige, né! E aí! Essa articulação com a gestão é delicada, né! Pra você conseguir exercer tudo que você precisa exercer do programa” (E2). No estudo realizado por Scarparo et al. (2013) com 118 nutricionistas que participaram do processo de formação do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar – CECANE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pode-se observar resultados semelhantes ao da presente pesquisa, onde a maior parte das dificuldades encontradas se concentra na gestão de pessoas, em sua resistência em mudanças.

Sendo os gestores estaduais e municipais citados pelos nutricionistas como um dos principais desafios, visto que não valorizam o programa e não possuem conhecimento sobre o trabalho do profissional de nutrição, o que acarreta em ausência de autonomia e falta de apoio para desenvolver as atividades. Segundo Corrêa et al. (2017) é necessário que o vínculo entre o nutricionista, a Entidade Executora e o gestor seja fortalecido, através do diálogo e ações que exponham as atividades do profissional de nutrição e mostrem a verdadeira identidade do programa, além de colaborar para a formação do conhecimento em relação às atribuições que devem ser executadas pelo nutricionista no PNAE, portanto, a gestão deve garantir as condições de trabalho para que o profissional possa exercer suas atividades.

3.4.3 Quadro insuficiente de nutricionistas

Os parâmetros numéricos de nutricionistas atuante no PNAE de acordo com a quantidade de alunos na rede de ensino não são aplicados na realidade dos municípios estudados, Gabriel, Goulart e Calvo (2015) observaram déficit no quadro de nutricionistas nas três capitais estudadas. Dados semelhantes foram encontrados por Corrêa et al. (2017) onde 71,6% dos municípios estudados se encontravam com quadro inadequado de nutricionistas. Estes achados concordam com os relatos dos nutricionistas do presente estudo, *“Eu acho que o primeiro e principal desafio que a gente encontra é a falta de*

nutricionistas para auxiliar, porque nós temos uma rede muito vasta... e nós temos apenas dois nutricionistas, então! (E1). “Só existe eu como nutricionista no PNAE, aqui no município, e, é, deveriam ter acredito que mais ou menos mais umas, uns quatro nutricionistas pra poder realmente dar continuidade ao trabalho de forma excelente, né.” (E3). Raphaelli et al. (2018) e Pedraza et al. (2018) relatam que a não adequação do número de nutricionistas pode levar o não cumprimento de todas as atividades previstas por lei, além de uma sobrecarga laboral desses profissionais o que prejudica a eficácia do programa. “*Tem muitas atividades que não dá pra gente desenvolver ou que não dá pra gente desenvolver com uma certa eficácia, então! Esse sem dúvida é um dos principais desafios*” (E1).

3.4.4 *Outros desafios encontrados pelo nutricionista no PNAE*

Outros desafios foram relatados pelos nutricionistas com menor frequência: baixos salários, ausência de interação com outras secretarias, dificuldade na interação com os merendeiros, falta de condições adequadas de trabalho (sistemas informatizados e equipamentos), centralização das ações e formação de uma boa equipe.

Com relação ao baixo salário oferecido aos nutricionistas atuante no PNAE, Mello et al. (2012) apontaram que os profissionais estudados encontravam-se em situação salarial inferior quando comparado com os nutricionistas de outras áreas em diferentes regiões do país está diferença financeira leva os nutricionistas a acumular responsabilidades a fim de obterem melhores salários, o que pode afetar o bom desenvolvimento do PNAE. Gabriel et al. (2014) afirmam que o piso salarial está defasado gerando descontentamento por parte dos profissionais. Outro ponto a ser discutido é a importância de outros atores que não atuam diretamente com a área, mas são essenciais para que muitas atividades sejam realizadas dentro do programa, contudo está interação de profissionais de diferentes secretarias é apontada como um desafio por Honório e Batista (2015).

Para Gabriel et al. (2014) apesar desta interação ser bem compreendida pelos nutricionistas sua aplicação é pouco desempenhada. O que se pode constatar na fala de um dos nutricionistas entrevistados no presente estudo: “É... apoio de outras secretarias, como secretaria de saúde, apoio de alguns colegas profissionais da área de saúde pra que a gente junto possa desenvolver trabalhos junto com as escolas” (E5).

Outra dificuldade no ramo de interação ocorre com relação aos manipuladores de alimentos, segundo Scarparo et al. (2013) esse desafio no relacionamento de nutricionistas e merendeiros leva a um problema de comunicação e resistência na aplicação das boas práticas de higiene. Honório e Batista (2015) relataram como a dificuldade mais prevalente a relação com os merendeiros e a sua gestão, citando como maiores problemas: o baixo comprometimento com a função e a falta de conhecimentos técnicos. Tendo o nutricionista que estabelecer estratégias para administrar os conflitos, melhorar as condições de trabalho, capacitar os profissionais e manter boa rede de colaboração. Sua atuação,

portanto, é essencial uma vez que interagem diretamente com os estudantes, formando vínculos e conhecendo melhor os seus hábitos alimentares, podendo assim contribuir para a formação de hábitos mais saudáveis (PEDRAZA et al., 2018), fala semelhante foi encontrada na fala de um dos entrevistados: *“Eu acredito que um segundo desafio é você conquistar, é! As merendeiras no sentido que a importância que elas têm no papel de produção, né! [...] Eu sinto muitadificuldade delas entenderem que elas são agentes promotoras desse conhecimento”* (E2).

Todos os desafios citados atrapalham a aplicação e o bom funcionamento do PNAE, levando o nutricionista a procurar condições que viabilize a melhor forma de execução do PNAE dentro da realidade ofertada. Além de contribuir para um desgaste profissional o que repercute negativamente na atuação do programa.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem uma longa trajetória de conquistas e desafios. A inserção do nutricionista neste processo se tornou um marco fundamental para a apropriada execução do programa. As dificuldades encontradas para aplicabilidade do PNAE por parte do nutricionista são inúmeras, tendo este que se adaptar a realidade, por muitas vezes desfavorável e inadequada, a fim de realizar, mesmo que de forma precária, alguma ação preconizada pelo programa.

O nutricionista é de suma importância na garantia de todo o processo do PNAE, sendo este valor também observado pela categoria. Que apesar de todas as dificuldades enfrentadas relatam seus papéis no programa como gratificante e primordial.

A atuação do nutricionista na alimentação escolar tem papel fundamental para a mudança dos hábitos alimentares e na formação de práticas mais saudáveis, gerando e mantendo as condições de saúde dos indivíduos atendidos por este programa. Contudo para que este processo ocorra de fato é preciso que as condições de trabalho do profissional sejam melhoradas, especialmente no que se refere ao número de nutricionista na rede de ensino, diminuindo assim a sobrecarga de trabalho e dando a estes subsídios adequados para sua efetiva atuação.

Entretanto, pode-se observar a necessidade de mais estudos sobre o tema, objetivando conhecer melhor a realidade do programa e da atuação do nutricionista neste contexto, a fim de proporcionar reflexões sobre as dificuldades encontradas, colaborando para o processo de implementações de resoluções.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Definições e relações com as outras ciências. In: BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Persona, 1977. p. 27-46.

BARDIN, Laurence. Organização da análise. In: BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Persona, 1977. p. 95-102.

BRASIL, Decreto n. 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a campanha de merenda escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1955.

BRASIL, Lei n. 8.234, de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, 1991.

BRASIL, Lei n. 8.913, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1994.

BRASIL, Medida Provisória n. 2178-36 de 24 de agosto de 2001. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001.

BRASIL, Resolução/FNDE/CD n. 32, de 10 de agosto de 2006. Estabelece as normas para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006.

BRASIL, Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.

BRASIL, Resolução CFN n. 465, de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e da outras providências. **Conselho Federal de Nutricionista**, Brasília, DF, 2010.

BRASIL, Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do agreste meridional de Pernambuco. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2011.

BRASIL, Resolução/CD/FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. **Senado Federal**: Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o PNAE**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico**. Disponível em:<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

BRAZIL, Jamille M.; DUARTE, Ana C.. Estudos sobre alimentação de escolares panorama brasileiro. **Rev. Saúde.com**, Bahia, v. 14, n. 1, p. 1015-1023, 2018.

BEZERRA, Olivia M. P. A., et al. Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em territórios da cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 335-342, 2013.

CESAR, Josiane T., et al. Alimentação Escolar no Brasil e Estados Unidos: uma revisão de literatura. **Ciências& Saúde Coletiva**, v. 23, n. 3, p. 991-1007, 2018.

CHAVES, Lorena G., et al. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciências& Saúde Coletiva**, Santa Catarina, v. 18, n. 8, p. 917-926, 2013.

CORRÊA, Rafaela S., et al. Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no região sul do Brasil. **Ciências& Saúde Coletiva**, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2, p. 563-574, 2017.

FELISMINO FILHO, José, TARGINO, Mayra V. P. Influência da merenda escolar na construção de hábitos alimentares saudáveis e o papel do nutricionista. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Paraíba, v. 8, p. 602-608, 2017.

GABRIEL, Cristine G., et al. Proposta e aplicabilidade de modelo para avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, p. 1731-1744, 2014.

GABRIEL, Cristine G., GOULART, Gabriela, CALVO, Maria C. M. Gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas capitais da região sul do Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 6, p. 667-680, 2015.

GIL, Antonio C. Entrevistas. In: GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora atlas S.A., 2008. p. 109-120.

HONÓRIO, Andréa R. F.; BATISTA, Sylvia H. Percepções e demandas de nutricionistas da alimentação escolar sobre sua formação. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 473-492, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

MELLO, Adriana L., et al. Perfil do nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar na região nordeste do Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 119-132, 2012.

MOSSMANN, Márcia P., TEO, Carla R. P. A. Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implantação. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 2, p. 31-43, 2017.

OLIVEIRA, Michele C., VASSIMON, Helena S. Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua aceitação pelos alunos: uma revisão sistemática. **Investigação**, São Paulo, v. 12, p. 4-10, 2012.

PEDRAZA, Dixis F., et al. Avaliação do programa Nacional de Alimentação escolar: revisão de literatura. **Ciências& Saúde Coletiva**, Campina Grande, v. 23, n. 5, p. 1551-1560, 2018.

PERNAMBUCO, Secretaria Estadual de Saúde. **V Geres**. Disponível em: <<http://portal.saude.pe.gov.br/unidades-de-saude-e-servicos/secretaria-executiva-de-coordenacao-geral/v-geres>>. Acesso em: 24 de maio de 2018.

RAPHAELLI, Chirle O., et al. Adequação numérica de nutricionista, perfil de cardápios, número de alunos nos serviços de alimentação escolar do sul do Rio Grande do Sul. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 39, n. 1, p. 9-18, 2018,

RIPP, Rita I. P. P.; DUTRA, Eduardo G.. Manifestações concretas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Santiago – RS. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 2, p. 83-103, 2017.

SANTANA, Maria C., et al. **Análise situacional da V Região de Saúde de Pernambuco**, Garanhuns, 2013.

SANTOS, Sérgio R., COSTA, Maria B. S., BANDEIRA, Geovanna T. P. As formas de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Salud Pública**, Paraíba, v. 18, n. 2, p. 311-322, 2016.

SANTOS, Viviane F., et al. Monitoramento das entidades executoras municipais do estado de Tocantins: um foco no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **R. Interd**, Tocantins, v. 11, n. 2, p. 55-91, 2018.

SCARPARO, Ana L. S., et al. Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Ciências& Saúde Coletiva**, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 4, p. 1001-1008, 2013.

SILVA, Déborah B.. **Índice de qualidade da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública), Gestão Pública. Universidade de Brasília, 2017.

SILVA, Simoni U., et al. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciências& Saúde Coletiva**, Goiás, v. 23, n. 8, p. 2671-2681, 2018.

SOUZA, Anelise A., et al. Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. **Ciências& Saúde Coletiva**, Minas Gerais, v. 22, n. 2, p. 597-606, 2017.

TERENCE, Ana C. F.; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABREPO, 2006. P. 1-9.

VIEIRA, Tayse S., CORSO, Arlete C. T., GONZÁLEZ-CHICA, David A. Organic food- related educational actions developed by dieticians in Brazilian municipal schools. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 27, n. 5, p. 525-535, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 19, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 123, 152, 154, 180

Aleitamento materno 35, 36, 38, 39, 44

Alimentação 7, 106, 108, 110, 112, 116, 122, 123, 131, 132, 141, 145, 183, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 219, 222, 268, 270

Alimentação escolar 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Atividade física 57, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 114, 116, 122, 123, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 219

Autocuidado 3, 55, 57, 60, 108, 188, 190, 219, 231, 232, 233, 243, 260

C

Coleta seletiva 260

Coletores de resíduos 251

Comportamento 8, 19, 67, 72, 73, 74, 75, 77, 80, 81, 83, 97, 121, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 154, 168, 170, 171, 173, 177, 181, 244

Covid-19 55, 56, 57, 58, 59, 61, 216, 217, 219

D

Depressão 47, 48, 49, 52, 82, 98, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 181, 183, 187, 189, 190, 243

Desenvolvimento sustentável 28, 31, 33, 164

Diabetes 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 98, 132, 142, 149, 188, 191

Diversidade 21, 82, 123, 238, 241, 262, 264, 267, 271

Drogas 50, 52, 66, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 90, 92, 122, 123, 153, 154, 170, 171, 183, 187, 189, 191, 245, 267

E

Educação em saúde 56, 72, 78, 91, 106, 107, 109, 114, 216, 217, 218, 220

Educação física 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 123, 130, 241, 250

Educação sexual 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95

Enfermagem 23, 26, 27, 35, 36, 38, 39, 45, 54, 62, 70, 83, 94, 109, 110, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 193, 229, 230, 231, 232, 234, 236, 250, 260, 270

Ensino básico 234, 243, 244, 246

Envelhecimento saudável 106, 107, 108, 116

Estratégia de saúde da família 23, 118, 122

Exercício físico 59, 97, 98, 115, 131

I

Identidade de gênero 1, 4, 5, 7, 11, 13

Inovação tecnológica 28, 30, 31, 32, 33

M

Masculinidade 1, 2, 3, 8, 11, 12, 16, 17, 18, 19

Métodos contraceptivos 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

N

Nutricionista 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

P

Pandemia 33, 55, 56, 57, 58, 61, 106, 109, 111, 114, 124, 127, 128, 216, 217, 219

Pessoas com deficiência 156, 157, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 167

Pessoas em situação de rua 183, 184, 185, 190, 191, 192, 193, 194, 262, 268, 272

Políticas públicas 4, 5, 18, 28, 30, 31, 33, 54, 72, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 95, 96, 101, 102, 103, 108, 116, 156, 157, 158, 164, 165, 166, 167, 179, 180, 181, 192, 193, 196, 224, 236, 238, 242, 244, 251, 252, 253, 259, 267, 268, 270, 271, 272

Profissional de saúde 10, 13, 163, 202

Profissional do sexo 68

Programa nacional de alimentação escolar 195, 196, 197, 208, 212, 213, 214, 215

Psicotrópicos 47, 49, 50, 52, 54

R

Rede pública de ensino 119, 196

S

Sars-Cov-2 55, 56

Saúde do trabalhador 221, 222, 223, 224, 227, 228, 231, 232, 233, 253

Saúde ocupacional 216, 222

Suicídio 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 2

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 2

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 